

A GRAMÁTICA DE ANDRÉS BELLO: UMA GRAMÁTICA PARA UMA COMUNIDADE IMAGINADA

LA GRAMÁTICA DE ANDRÉS BELLO: UNA GRAMÁTICA PARA UNA COMUNIDAD IMAGINADA

Kelly Cristini Granzotto Werner*

RESUMO: Este trabalho trata do tema da gramática, compreendida como um instrumento linguístico, e sua relação com a língua. O objetivo é entender, na *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), do venezuelano Andrés Bello, a escolha do autor pela expressão *lengua castellan* e não “*lengua española*” e saber o que significa “*destinada al uso de los americanos*”. Para isso, a análise recairá sobre a materialidade linguístico-discursiva que é o título da obra. Como orientação teórica, serão mobilizadas noções da História das Ideias Linguísticas e dos Estudos Enunciativos. O autor recusa o termo “Língua Espanhola” porque é uma denominação posterior e, por isso, imprópria. Também muito lembrava a metrópole, da qual as nações independentes queriam se afastar. Essa língua é da “gente educada”, baseada nos grandes autores de literatura e a que merece ser ensinada e aprendida. Isso contribuiria para a formação da identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: História das Ideias Linguísticas. Instrumentos linguísticos. Andrés Bello.

RESUMEN: Este trabajo trata del tema de la gramática, comprendida como un instrumento lingüístico, y su relación con la lengua. El objetivo es entender, en la *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), del venezolano Andrés Bello, la elección del autor por la expresión “*lengua castellana*” y no “*lengua española*” y saber qué significa “*destinada al uso de los americanos*”. Para eso, el análisis recaerá sobre la materialidad lingüístico-discursiva que es el título de la obra. Como orientación teórica, serán movilizadas nociones de la Historia de las Ideas Lingüísticas y de los Estudios Enunciativos. El autor rechaza el término “Lengua Española” porque es una denominación posterior y, por eso, impropia. También mucho recordaba la metrópoli, de la cual las naciones independientes querían alejarse. Esa lengua es de la “gente educada”, basada en los grandes autores de literatura y la que merece ser enseñada y aprendida. Eso contribuiría a la formación de la identidad nacional.

PALABRAS clave: Historia de las Ideas Lingüísticas. Instrumentos lingüísticos. Andrés Bello.

* Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico da Ufsm, e-mail: kgbr@yahoo.com.br

PALAVRAS INICIAIS

Neste trabalho, buscamos desenvolver uma breve reflexão sobre o “instrumento linguístico”, gramática, pela perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL) e dos Estudos Enunciativos, Semântica da Enunciação, por uma leitura da *Semântica do Acontecimento* (2002) de Eduardo Guimarães.

Nosso objeto de análise é uma gramática publicada em 1847, intitulada primeiramente como *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* e depois como *Gramática de la lengua castellana*, de autoria de Andrés Bello. A escolha pelo objeto se justifica porque é a gramática mais importante produzida na América independente, dá ao espanhol americano um novo *status*, propõe inovações frente à gramática da Real Academia Espanhola (RAE).

O recorte de análise está sobre dois pontos: buscar entender o motivo da escolha do autor por *lengua castellana* e não *lengua español*; buscar saber o que significa “*destinada al uso de los americanos*” e se atende a sua finalidade. Para isso, a análise recairá sobre a materialidade linguístico-discursiva que é o título da obra - *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* – e mobilizará conceitos da HIL e dos estudos enunciativos de Guimarães (2002).

Buscando atender aos objetivos deste trabalho, faremos algumas considerações acerca do arcabouço teórico utilizado, do autor, das condições de produção do compêndio gramatical selecionado, do entendimento da língua e da gramática.

APORTE TEÓRICO

A HIL foi fundada na França, na década de 80, por Sylvain Auroux, como Ciências da Linguagem, e, no nosso país, configurou-se como HIL, a partir de um grupo coordenado por Eni Orlandi. Inscrita em uma visão histórica das Ciências da Linguagem, concebe instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, manuais, normas...) como objetos discursivos.

Auroux (2014) entende que o domínio dos fenômenos da linguagem possibilita um espaço de produção de tecnologias, e isso muda a relação do homem com os objetos simbólicos e com a sociedade. Analisa duas revoluções no campo da linguagem que modificaram significativamente essa relação – o aparecimento da escrita e a gramatização. Auroux (2014, p.65) entende por gramatização “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico¹: a gramática e o dicionário”. Nesse sentido, concebe a gramática e o dicionário como autênticos instrumentos linguísticos, ou seja, ferramentas que servem para descrever, sistematizar as línguas, criar diferenças entre elas, e, a nosso ver, devem ser pensados na relação autor – instituição – condições de produção.

¹ Auroux (2014) também declara que o saber linguístico é múltiplo e se divide em epilinguístico e metalinguístico. O primeiro seria um saber intuitivo, natural, demonstra uma primeira relação com a linguagem, já o segundo seria um saber representado, construído, materializado através da escrita, refere-se a um saber sobre a língua, ou seja, usar a linguagem para explicar a própria linguagem, o que é possível pela escrita (instrumentos linguísticos). As Ciências da Linguagem ou a HIL buscaram compreender o saber metalinguístico.

Em Auroux (2014) também encontramos a ideia de que o surgimento da escrita permite representar saberes, isto é, a invenção da escrita cria condições para que as formas de saber sejam transmitidas, atribui valor para a sociedade e para o que ela constrói, dá um caráter de civilização que não era possível com a língua oral. Ainda para esse autor, todo saber se constrói em um universo de retrospectão e projeção, a que ele chamou de “horizontes de retrospectão e de projeção”. (Auroux, 2014) O horizonte de retrospectão corresponde ao passado, à memória, isto é, o saber já construído anteriormente enquanto que o de projeção se refere ao olhar para o futuro, a produção de um conhecimento visando ao novo horizonte. Isso permite pensar que todo saber tem memória, deriva de outros. Por isso que, ao construir um saber novo, é necessário localizá-lo em uma memória e, partir de então, projetá-lo em um futuro. Essa é condição para a existência do saber, pois “Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”. (AUROUX, 2014, p.12)

Para fazer apenas uma referência desse movimento na gramática de Andrés Bello, podemos citar o caso dos exemplos dados pelo autor para descrever e mostrar funcionamentos da língua, em que traz frases ou excertos de autores da literatura espanhola, atualizando-os ao espanhol americano, uma vez que entende que a língua da “gente educada” é a que deve ser representada e merece ser aprendida.

Também podemos dizer que as tentativas de representar o saber metalinguístico, através de instrumentos linguísticos, que buscam preservar a língua e homogeneizar

o uso, construindo assim uma unidade para a língua, não são neutras, são práticas políticas. Apresenta-se um processo de direção e controle que fixa, orienta, confere, legitima uma variedade de língua, que se transformará em norma. Observa-se, então, ação concreta de autoridade, de poder. Está-se diante de política linguística. Segundo Orlandi e Guimarães (2001, p.36), ao definir a língua, os modos de acesso a ela, diferentes formas de política da língua, sendo que “não há política linguística sem gramática e, em sentido inverso, a forma da gramática define a forma das políticas linguísticas”.

Além disso, mobilizar conceitos e questões relativas à enunciação, especialmente da posição teórica da *Semântica do Acontecimento* (2002) de Eduardo Guimarães, que elabora seus conceitos a partir das teorias de Benveniste (1958², 1970³) e também de Oswald Ducrot, se faz necessário.

Desse campo teórico, torna-se relevante o conjunto de elementos constitutivos da enunciação, entendida enquanto acontecimento de linguagem, a língua, o sujeito, a temporalidade e o enunciado, categorias as quais, por limitação de espaço, não vamos desenvolver detalhadamente, o que faremos na tese.

Guimarães (2002, 2008) discorda da visão benvenistiana do tempo, do sujeito e do locutor, entendendo que o locutor é uma figura dividida, que o tempo não é o tempo da enunciação e não é do locutor, já que é uma representação do instante da enunciação, e

² Da subjetividade na linguagem.

³ O aparelho formal da enunciação.

que a enunciação não é um ato individual do “sujeito”, não sendo possível de se repetir. A enunciação é um “acontecimento sócio-histórico que produz enunciados (GUIMARÃES, 2008, p.78). Trata-se de lembrar dizeres que ocupam um lugar na memória discursiva (ORLANDI, 1999) e, em se considerando isso, os sentidos podem ser outros, dependendo das condições de produção do enunciado.

Nessa perspectiva, o enunciado, entendido como unidade discursiva, não pode ser pensado como uma manifestação única e isolada. Deve à sua existência a outras, ou seja, a memória do dizer, o interdiscurso⁴. Portanto, o enunciado se relaciona com outros e não há como imaginá-lo diferente. O sujeito da enunciação fala de um lugar sócio-histórico determinado pela memória discursiva. O espaço da enunciação, nesse sentido, é visto por Guimarães (2002) como um lugar de disputa pelo dizer, um lugar de conflito, um lugar político.

Tomamos a publicação da gramática de Andrés Bello, em 1847, como um Acontecimento Enunciativo, que, na sua temporalidade, e entendemos que significa um modo de organização da língua em um movimento de retrospecto e/ou projeção e também marca o surgimento da autoria⁵ e de um novo espaço de produção de saber e conhecimento linguísticos.

Em um contexto de pós-independência e ocupando papéis diversos, sempre com o Estado, integrando a equipe, o intelectual

Bello compôs e atuou. É desse lugar de privilégio e com essas condições, as quais não podem ser ignoradas, que escreveu e publicou a Gramática, classificada, no Prólogo, como uma gramática nacional (transnacional), e outros textos importantes como o Código Civil do Chile.

Sua atuação, então, se dá basicamente pela língua. É por ela que divulga o ideal de nação. A elaboração de uma gramática e de um código civil principalmente muito contribuiria nesse projeto de formação. De acordo com Anderson (1993) uma nação começa pela identificação de seus membros, através dos limites de fronteira, soberania, língua e outros, sendo a língua a mais potente. Assim, Bello participa da constituição das nações hispano-americanas como “comunidades políticas imaginadas”, nos termos propostos por Anderson (1993, p.23). A comunidade imaginada ou construída seria representada por um “nós coletivo”. A nação é vista como uma fatalidade histórica e como uma comunidade imaginada mediante a língua.

Primeiramente se discutiu qual língua oficializar, e essa reflexão passou do espanhol ao francês inclusive. Definiu-se o “castelhano” como língua oficial⁶ das ex-colônias espanholas. E isso se deve, segundo Barros (2003), em razão do prestígio do castelhano como língua dos crioulos⁷. Nesse sentido, a língua oficial do Chile e das demais nações independentes passa a ser o Castelhana (espanhol) e é nessa língua que os atos legais

⁴ Noção tomada da AD, de Orlandi (1999).

⁵ Estamos desenvolvendo estudos sobre a autoria e a produção de saber e conhecimento linguísticos e, por isso, trataremos desses aspectos em outras oportunidades.

⁶ Língua oficial, conforme Guimarães (2003, p.48), “é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”.

⁷ Pessoa de ascendência europeia pura, mas nascida na América ou fora da Europa.

serão disseminados, o ensino será feito. Essa língua oficial não é evidentemente a língua materna⁸ de todos na América. Realizada a escolha da língua a ser oficializada, era preciso avançar, isto é, como ela seria ensinada. Surgiram então os documentos, tratados de ortografia, gramáticas, dicionários, leis, códigos civis, tratado de tradução, entre outros.

O AUTOR, ANDRÉS BELLO

Andrés Bello nasceu em Caracas, Venezuela, em 1871, e faleceu no Chile, em 1865. Pertenceu a uma família estudada e teve acesso à educação de alto nível. Foi professor de Simon Bolívar. Bello sabia Latim, francês e inglês e era leitor e estudioso de textos europeus. Foi diplomata em Londres durante 19 anos. No seu regresso, à América (Chile), em 1829, atuou no jornalismo, ministrou aulas, foi o primeiro reitor da Universidade do Chile (1843), ocupou cargos políticos e públicos, redigiu o *Código Civil de la República de Chile* (1856), publicou a *Gramática dela lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847) e outras obras importantes sobre língua.

Nesse contexto e ocupando papéis diversos, sempre com o Estado, integrando a equipe, Bello compôs e atuou. É desse lugar e com essas condições, as quais não podem ser ignoradas, que ele escreveu e publicou a Gramática e outros textos importantes como o Código Civil do Chile.

A GRAMÁTICA DE BELLO

A *Gramática dela lengua castellana destinada al uso de los americanos* foi publicada pela primeira vez com esse título em 1847, no Chile, porém, mais tarde, aparece como *Gramática dela lengua castellana*. Apresenta-se em 379 páginas e está estruturada em 50 capítulos. Apresenta também outras seções que são o Prefácio, Prólogo, as Noções Preliminares e notas de rodapé. Para fazer algumas menções, já que não é o objetivo deste trabalho, nesta gramática, Bello apresenta inovações no que diz respeito ao seu entendimento de classes de palavras, no sistema verbal, nos pronomes e artigos, questões ortográficas, entre outros aspectos.

No Prólogo da *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), Bello declara o principal motivo de ter escrito a obra: o fantasma da fragmentação da língua na América ao modo como aconteceu com o Latim. Na verdade, o autor se atém à unidade linguística porque essa é uma preocupação do período pós-independência. Na América hispânica, onde se falavam várias línguas, havia a necessidade da uniformidade linguística, e a Gramática viria a ser a difusora de uma norma única, através da educação formal. Conquista-se a unidade em torno de uma língua nacional, que é organizada pelo Estado. Guimarães & Orlandi (1996, p.11) afirmam que “da construção da nacionalidade faz parte a questão linguística”.

A opção pela língua castelhana, a do colonizador, a língua materna do crioulo, como língua oficial das novas nações, e, com o passar do tempo, como língua nacional, “enquanto língua que o caracteriza, que dá

⁸ “Língua materna é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”. (GUIMARÃES, 2003, p.45).

a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”, reflete a tese de Guimarães (2003, p.48) de que a distribuição das línguas é desigual, há uma hierarquia que é permeada pelas relações ideológicas e institucionais. Portanto, “O espaço da enunciação é assim político”.

Essa ação de configuração da língua oficial, no caso o espanhol, que não é neutra, provoca a minimização das línguas indígenas existentes na América espanhola, cujo estatuto era de língua materna dos indivíduos que aqui habitavam antes da vinda dos europeus.

Conforme estudo de Asencio (2009), há princípios que regem a composição da gramática de Bello, que são a unidade da língua, a preferência da língua culta, respeito aos clássicos, prioridade da língua escrita, recusa de locuções afrancesadas e dos neologismos de construção, “deslatinização” da gramática. No entanto, as escolhas do autor não o impedem de reconhecer a legitimidade das variedades do espanhol da América, já que, no Prólogo, afirma que os usos do espanhol americano são diferentes do espanhol peninsular e que não há motivos para envergonhar-se de utilizá-los, e, nessa afirmação, põe o verbo no plural, incluindo-se no grupo de falantes da América. (BELLO, 2004)

Nesse sentido, a gramática de Bello pode ser vista dentro de um projeto político, baseado em uma língua comum e uma cultura herdada das tradições ilustradas. Aliás, o ato de escrever uma gramática já revela um posicionamento político. Orlandi (2001, p.36) afirma que “não há política linguística sem gramática e, em sentido inverso, a forma

da gramática define a forma das políticas linguísticas...”.

A CONCEPÇÃO BELLISTA DE LÍNGUA E DE GRAMÁTICA

No Prólogo da Gramática, Bello escreve:

La Gramática de una lengua es el arte de hablar correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el de la gente educada. Se prefiere este uso porque es el más uniforme en las varias provincias y pueblos que hablan una misma lengua, y por lo tanto el que hace que más fácil y generalmente se entienda lo que se dice; al paso que las palabras y frases de la gente ignorante varían mucho de unos pueblos y provincias a otros, y no son fácilmente entendidas fuera de aquel estrecho recinto en que las usa el vulgo. (BELLO, 2004, p.35) ⁹

Vimos que o autor expõe o seu entendimento do que seja uma gramática e deixa transparecer de onde ela é oriunda: do uso da “gente educada”. Conforme Auroux (2014), a escrita dá condições para que as formas de saber possam ser transmitidas e sistematiza o saber metalinguístico. Nesse sentido, é compreensível que o autor parta dessa modalidade de língua para escrever a gramática. Desejava (e o Estado também) que ela fosse instrumento linguístico pedagógico e, portanto, precisava conter o que considerava

⁹A Gramática de uma língua é a arte de falar corretamente, isto é, conforme o bom uso, que é o da gente educada. Prefere-se este uso porque é o mais uniforme nas várias províncias e povos que falam uma mesma língua, e, portanto, o que faz que mais fácil e geralmente se entenda o que se diz, ao passo que as palavras e frases da gente ignorante variam muito de uns povos e províncias a outros e não são facilmente entendidas fora daquele estreito recinto em que as usa o vulgar, o popular. (BELLO, 2004, p. 35)

“*prácticas viciosas*”. Ela é projetada para todos os irmãos das recém-nações independentes, o que revela a busca pela unidade, pela língua universal. Nesse sentido, o processo de gramatização leva à constituição de uma língua imaginária.

Isso também permite pensar que o autor via uma relação intrínseca entre língua e política. A língua funciona como elemento de união e caracterização dos hispano-americanos, colaborando na constituição de uma identidade. Além disso, em termos políticos, ajudaria na consolidação de um Estado nacional. Para Rebouças (2017, p.9), “La lengua es un proyecto político y la gramática tiene importante valor pedagógico”¹⁰.

A língua, para Bello, era o que unia os integrantes das novas nações, aquilo que teriam em comum, contribuindo assim para a formação de uma identidade dos hispano-americanos. Em âmbito político, essa língua auxiliaria na constituição de um Estado nacional. O instrumento linguístico, ou seja, a gramática serviria para ensinar a língua e também para valorizar o espanhol.

Bello escreve a gramática com um fim pedagógico, destinado ao ensino, mas também escreve para professores, como se pode notar na sua colocação abaixo. Ele separa a sua obra em dois cursos, conforme se lê no Prólogo, escrito pelo gramático:

Hay en la gramática muchos puntos que no son accesibles a la inteligencia de la primera edad; y por eso he juzgado conveniente dividirla en dos cursos, reducido el primero a

las nociones menos difíciles y más indispensables, y extensivo el segundo a aquellas partes del idioma que piden un entendimiento algo ejercitado. [...] Por este medio queda también el arbitrio de los profesores el añadir a las lecciones de la enseñanza primaria todo aquello que de las del curso posterior les pareciere a propósito, según la capacidad y aprovechamiento de los alumnos. (BELLO, 2004, p.31)¹¹

A ANÁLISE

Passemos a analisar o título da obra de Andrés Bello, *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847). Por que preferiu *Lengua castellana* a *Lengua española*? O autor, na parte intitulada *Nociones Preliminares*, da Gramática explica porque escolhe o primeiro termo: “Se llama lengua castellana (y con menos propiedad española) la que se habla en Castilla y que con las armas y las leyes de los castellanos pasó a la América, y es hoy el idioma común en los Estados hispanoamericanos.” (BELLO, 2004, p. 35)¹² Ou seja, a língua de Castela é

¹⁰ “A língua é um projeto político e a gramática tem importante valor pedagógico.” (REBOUÇAS, 2017, p.9),

¹¹ “Existem, na gramática, muitos pontos que não são acessíveis à inteligência da primeira idade; e, por isso, julguei conveniente dividi-la em dois cursos, reduzido o primeiro às noções menos difíceis e mais indispensáveis, e extensivo o segundo àquelas partes do idioma que pedem um entendimento algo exercitado. [...] Por esse meio fica também o arbítrio dos professores o adicionar às lições do ensino fundamental tudo aquilo que as do curso posterior lhes parecer a propósito, segundo a capacidade e aproveitamento dos alunos.” (BELLO, 2004, p.31)

¹² “Chama-se língua castelhana (e com menos propriedade espanhola) a que se fala em Castela e que com as armas e as leis dos castelhanos passou à América, e é hoje o idioma comum nos Estados hispano-americanos.” (BELLO, 2004, p.35)

que passou a ser utilizada nos domínios espanhóis. O autor recusa o termo “Língua Espanhola” porque é uma denominação posterior e, por isso, imprópria. Além disso, o termo *española* muito lembrava a metrópole, da qual as nações independentes queriam se afastar.

Castellano remete ao dialeto do século X, falado em Castela. *Español* remete a espanhóis e americanos também, ou seja, os cidadãos espanhóis e hispano-americanos. Usa-se esse último termo para unificar os reinos do território sob uma única coroa. A Real Academia Española modifica o nome da língua de *castellano* para *español*, a partir de 1924, data que determina que todas as obras (gramáticas, dicionários e manuais ortográficos) passassem, a chamar a língua de *Lengua española*. Atualmente, os dois termos são usados como sinônimos.

Na sequência, vamos para a segunda questão de nossa análise: buscar saber o que significa *destinada al uso de los americanos*.

No prólogo, o autor revela e explica que não tem a intenção de escrever para os castelhanos, mas sim para os americanos, destinatário explicitado já no título da sua obra. “Mis lecciones se dirigen a mis hermanos, los habitantes de Hispanoamérica. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes.” (BELLO, 2004, p.32)¹³

¹³ “Minhas lições se dirigem aos meus irmãos, os habitantes da Hispano-América. Julgo importante a conservação da língua de nossos pais em sua possível pureza, como um meio providencial de comunicação e um vínculo de

Bello não repudia a tradição, o que permite pensar que não rompe totalmente com ela. No entanto, por que fez uma gramática para os americanos? Nenhuma da RAE atenderia ao propósito? No mínimo, a escrita da gramática permite pensar em um gesto inovador, desde seu título a sua configuração.

Na verdade, ninguém faz uma gramática sem pensar em uma coletividade e, na gramática de Bello, representa o conjunto das nações americanas independentes da Espanha. Ramos (1993) afirma que Bello apela para um destinatário continental e o faz através de um modo fraternal, sendo que seu livro funciona como um manual do “*bien decir*”, do correto, delineado pela língua nacional.

Então, Barros (2003) vai dizer que Bello não confere autoridade ao falante nem aos sentidos instaurados no momento da fala, do uso, mas sim exalta a gramática como um repositório de conhecimentos, dados através de uma língua única, que deve ser ensinada. Nesse sentido, a Gramática de Bello se apresenta como um discurso fundador não no sentido de ser a primeira a ser escrita no território americano, mas por reivindicar o status de língua castelhana para as particularidades do espanhol americano. (BARROS, 2003)

Vista dessa forma, como Bello contempla a questão do uso? Diz que sua gramática é destinada ao uso dos americanos. E os indígenas? Bello não os considera americanos ou seus irmãos? Como trata as línguas indígenas? Na Gramática de Bello, não tem lugar.

fraternidade entre as várias nações de origem espanhola, derramadas sobre os dois continentes.” (BELLO, 2004, p.32)

Há somente uma palavra de língua indígena em sua obra: *tlascalteca* (BELLO, 2004, p.38).

Além dessa questão, será que o autor descreve o castelhano falado no continente americano? Ou seja, os usos dos americanos na sua vida diária? Na verdade, quando Bello passa a sistematizar a língua, isto é, a regrá-la por normas, uma vez que o gramático precisa fixar um padrão, opta necessariamente pela modalidade de língua com mais regularidade. Bello toma como padrão, predominantemente, exemplos de autores espanhóis da literatura do século XVI e XVII. Eles são os modelos do bem falar e escrever, através dos quais os crioulos também foram educados. Esse é o uso a que Bello denomina da “gente educada” Apesar disso, não deixa de avisar que há variações da língua. Ao fazer isso, não estaria ele apagando o político, já que considera a coletividade, mas não o que é comum a ela?

Há também alguns registros da linguagem oral dos americanos na obra e outros estão em notas de rodapé, sendo caracterizados como práticas viciosas da fala popular dos americanos e, portanto, não sendo recomendadas como modelo. Tais recorrências, vistas como vícios, seriam o uso excessivo de diminutivos e um uso pronominal distinto, o *voseo*.

Este fenômeno consiste em empregar a palavra “vos” como pronome pessoal de segunda pessoa singular no lugar de “tú”. Esse uso é atribuído a uma situação informal. Ao fazer a leitura da gramática, percebe-se que o fenômeno do “*voseo*” era visto por Bello como uma expressão de incultura e de modo que empreendeu uma campanha para erradicar

esse uso, e o fez no papel de educador do país. Para Vaquero Ramírez (1996), No Chile atual, o *voseo* está presente nas zonas rurais, e o *tuteo* é característico dos falares cultos. Vale lembrar que, na língua de Castela, não existia o evento do *Voseo*. Aliás, esse uso não faz parte do espanhol da Espanha na atualidade.

É importante observar que, no título da Gramática, está escrito “destinada ao uso dos americanos”, o que pode ser entendido como um manual, um livro que contém as normas para esse destinatário bem dizer na língua. Pelo título, não podemos esperar ou entender que Bello faça uma gramática que represente o uso corrente dos americanos daquele período temporal, porque não daria conta disso.

PALAVRAS FINAIS

Retomando as questões norteadoras deste trabalho, entendemos que, ao optar pelo termo *castellana* no título da sua obra, Andrés Bello revela qual é a língua que passará pelo processo de gramatização, ou seja, a língua das nações independentes, o castelhano dos americanos, que tem como parâmetro a língua da “gente educada”, dos *criollos*, formados na tradição dos grandes autores da literatura espanhola. Esse parâmetro carrega memória e constrói identidade. Nesse sentido, há manutenção da tradição. No entanto, cabe pensar, Bello apresentaria uma inovação, no sentido de que estaria traduzindo a possibilidade de um uso culto dos americanos em nações incipientes? Defendemos que sim.

Quanto à finalidade e ao destinatário da gramática, entende-se sua ligação com o ensino dos americanos, o fim pedagógico.

Além disso, este instrumento linguístico vem com uma missão civilizadora e se fundamenta no projeto de consolidação estatal. Ramos (1993) afirma que a gramática cumpre a função estatal de três modos: discurso gramatical estabelece a língua franca do contrato e do intercâmbio, se relaciona com a escrita da lei e adquire as funções jurídico-política. Assim pode ser considerada como um instrumento linguístico que estabelece uma política linguística de difusão da padronização do espanhol nas jovens nações hispano-americanas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

ASENCIO, J. J. G. De “gramática para americanos” a “gramática de todo”. El caso de Bello. In: **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.1-18, 2009. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2971692>>. Acesso em: 10 maio 2017.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

BARROS, L. G.; DINIZ, A. G. (Orgs.). **Español: nuevos aportes y materiales**. Neloól/DLLE/CCE – Florianópolis; [s.n], 2003. 248p.

BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana**. (1847). Madrid: EDAF, 2004.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral**

I. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991. cap. 21 p.284-293.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1991. cap. 5. p.81-92.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. In: **Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, n. 27, p.47-53, jul./dez, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas/SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e Cidadania: o português do Brasil**. Campinas/SP: Pontes, 1996. p.127-138.

_____. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **História das Ideias Linguísticas**. Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/SP: Pontes, 2001. p.21-38.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Identidade linguística. In: GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e Cidadania: o português do Brasil**. Campinas/SP: Pontes, 1996. p.9-15.

ORLANDI, E.P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 1999.

RAMOS, J. El don de la lengua. **Revista Casa de las Américas**, n. 193, out. a dez. 1993. p.13-25.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española**. (1973) 16 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1996.

REBOUÇAS, E. M. La concepción bellista de lengua y gramática: una relación política y pedagógica. **Revista Querubim** – Revista Eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais. Niterói/RJ, v. 02, n 31, p.9-13, Ano 13, 2017. Disponível em: <http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zzquerubim_31_v_2.pdf>. Acesso em 27 maio 2017.

VAQUERO RAMÍREZ, M. **El español de América II: morfosintaxis y léxico**. Madrid: Arco/Libros, 1996.

Recebido para publicação em 17 jul. 2017.

Aceito para publicação em 22 set. 2017.